

Formação inicial no contexto pandêmico: uma experiência com narração de histórias

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2023.21.2.7135>

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi¹, Andreia Bulaty², Kelen dos Santos Junges³

Resumo: Os dados mais pontuais, específicos sobre a alfabetização, neste momento pandêmico, revelam números alarmantes da falta de acesso a esse direito nos anos iniciais do ensino fundamental. É nesse contexto que surge a preocupação sobre a situação da formação dos futuros professores, que também tiveram aulas de forma remota. O presente texto tem por finalidade apontar questões relacionadas à alfabetização, mas especificamente, no desenvolvimento da disciplina de Metodologia da Alfabetização no curso de Pedagogia de uma instituição pública, durante o contexto de pandemia da covid 19, no ano de 2021. O artigo ressalta os desafios presentes, mas destaca a relevância da formação inicial que, mesmo com toda adversidade, possibilitou reflexões sobre a relação entre a metodologia e as vivências das experiências formativas em alfabetização, em meio ao contexto da pandemia mundial, com destaque à narração oral de histórias, comumente conhecida como contação de histórias.

Palavras-chaves: formação inicial do professor, alfabetização, pandemia, narração de histórias.

Initial training in the pandemic context: an experience with storytelling

Abstract: The most punctual, specific data on literacy, at this pandemic moment, reveals alarming numbers of the lack of access to this right in the early years of elementary school. It is in this context that concerns about the situation of the training of future teachers, who also had classes remotely, arise. The purpose of this text is to point out issues related to literacy, but specifically, in the development of the Literacy Methodology discipline in the Pedagogy course of a public institution, during the context of the covid 19 pandemic, in 2021. The article points out the present challenges, but highlights the relevance of initial training that, despite all adversity, allowed reflections on the relationship between the methodology and the experiences of training experiences in literacy, amid the context of the global pandemic, with emphasis on oral storytelling.

Keywords: initial teacher training, literacy, pandemic, storytelling

Introdução

Falar sobre a educação, formação de professores, professores alfabetizadores, é pensar os professores como sujeitos e protagonistas que estão no centro da educação, já que são responsáveis pela formação das futuras gerações, contribuintes pela formação

¹ Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus União da Vitória. Membro dos grupos de Pesquisa GEPPRAX (UNESPAR/UV) e HISTEDBR-Campos Gerais. E-mail: aecmari@gmail.com

² Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/UV), campus União da Vitória. Membro do grupo de Pesquisa GEPPRAX (UNESPAR/UV). andreiabulat@gmail.com

³ Doutora em Educação, Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus União da Vitória. Membro dos grupos de pesquisa PEFOP (PUCPR) e GEPPRAX (UNESPAR/UV). Pesquisadora da área do ensino, formação de professores e prática pedagógica. kelen.junges@unespar.edu.br

de uma geração mais crítica e emancipada, em um processo de ensino e aprendizagem intencional e sistematizado.

A educação é um direito de todo homem, cujo objetivo é o desenvolvimento integral do mesmo, desde a tenra idade. Assim, o Curso de Pedagogia tem por objetivo a formação inicial dos futuros professores dos anos iniciais, preferencialmente, tem em sua grade curricular disciplina que trate dos fundamentos da alfabetização ou da metodologia da alfabetização, uma vez que essa etapa de escolarização é primordial para as futuras aquisições dos alunos do ensino fundamental.

Muito embora os projetos de curso possam ter diferenças no viés teórico, na concepção de alfabetização e no que se trata da relação do processo de ensino e aprendizagem, é unânime a presença da disciplina nas grades curriculares, ou seja, minimamente, o futuro professor deverá ter o contato com essa fase seja em forma de disciplina ou nas práticas realizadas nos estágios obrigatórios supervisionados. O curso de Pedagogia possui identidade própria com discussões que têm relação entre quem educa e quem é educado, os saberes e conhecimentos, os pressupostos teóricos e metodológicos, e em que contexto vão ser trabalhados. Pressupõe profissionais cuja tarefa é a formação intencional dos sujeitos na sociedade atual, frente à realidade cultural, econômica, política, social e educacional.

O presente texto tem por finalidade apontar questões relacionadas à alfabetização, mas especificamente, o desenvolvimento da disciplina de Metodologia da Alfabetização do Curso de Pedagogia, de uma instituição pública, durante o contexto de pandemia da covid 19, no ano de 2021. Para tanto, apresentará questões e problemáticas provindas deste período, para na sequência, apontar as fragilidades e as potencialidades na efetivação das aulas da disciplina a partir da contação de histórias como possibilidade metodológica. Pretende-se com esse artigo apresentar as fragilidades, os debates e as iniciativas em um período que necessitou de uma readaptação do fazer docente.

Para início de conversa de que contexto se parte

A questão da alfabetização sempre esteve e ainda se faz presente nas agendas políticas, pois os indicadores apontam que a taxa de analfabetismo é um problema ainda não resolvido, visto nos índices atuais, quais sejam, 6,6% de analfabetos, em 2019 (11 milhões de analfabetos), de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação (PNDA), divulgada em 17 de julho de 2020.

Os dados mais pontuais, específicos sobre a alfabetização neste momento pandêmico, revelam números mais alarmantes da falta de acesso a esse direito no ensino fundamental nos anos iniciais. Conforme a nota técnica divulgada pela organização Todos Pela Educação, “entre 2019 e 2021, houve um aumento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos de idade que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever. Eram 1,4 milhão de crianças nessa situação em 2019 e 2,4 milhões em 2021”.⁴

Várias são as inquietações que permeiam essa fase da etapa da educação básica, dentre elas a relação entre os aspectos históricos, econômicos, políticos, sociais, culturais e a concretização da alfabetização em sala de aula, haja vista que é um fenômeno multi-determinado.

Conforme pesquisa do Observatório das Metrópoles, “no quarto trimestre de 2021, 26,7% das crianças de até cinco anos de idade viviam em lares com rendimentos do trabalho inferiores a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo per capita. No auge da pandemia, esse percentual chegou a 32,2%. Em 2013, no entanto, o percentual era de 19%, sendo este o menor valor da série histórica.”⁵ Com esse problema de retorno do Brasil ao Mapa da Fome, a escola enfrenta não só os problemas da falta de aprendizagem, mas todos os condicionantes sociais que exercem influência na escolarização. As condições nutricionais de alimentação, por exemplo, influenciam de forma preponderante a aprendizagem, isso não é novidade que a merenda escolar é uma das alimentações diárias que as crianças realizam e que contribui para diminuir a carência alimentar e nutricional. Todavia, com a pandemia, a falta dessa refeição tornou maior os índices de vulnerabilidade. A escola tem que operar com essa situação e ela não tem condições de resolver o problema de vulnerabilidade, somente do ensino e da convivência dentro da escola, todavia como proporcionar um ensino de qualidade tendo como parâmetro esses índices?

Neste sentido, estudos sobre a alfabetização devem superar o olhar apenas metodológico e, principalmente, a querela da disputa entre o melhor método de alfabetização, assunto que volta à tona com o Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que determina a utilização do método fônico, um dos métodos de alfabetização utilizados no século XIX, sem uma boa eficácia. Muito embora a apropriação de escrita alfabética é processo intencional e metódico, compreen-

⁴<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/aumenta-em-1-milhao-o-numero-de-criancas-nao-alfabetizadas/> Acesso: 22/04/2022

⁵ <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/desigualdade-nas-metrolopes-mais-pobres-recuperam-renda-e-mais-ricos-perdem/> Acesso 22/04/2022

der que vários são os condicionantes que influenciam o ensino e a aprendizagem é primordial para uma discussão sobre práxis educativa que se deseja efetiva e de qualidade.

É importante salientar, primeiramente, que apesar do termo alfabetização estar associado a uma questão técnica, a saber, “um processo de converter sons da fala em letras ou combinação de letras – escrita, ou converter letras combinações de letras em sons da fala- leitura” (SOARES, 2016, p. 46), o pressuposto defendido é que muito mais que uma técnica, alfabetização refere-se também a utilização deste domínio nas práticas sociais as quais envolvem condições sociais, econômicas e culturais. Neste sentido, defende-se que tratar a alfabetização como um processo discursivo é um ato de resistência, pois mesmo sendo uma experiência individualizada do sujeito, essa se dá no coletivo das relações sociais.

As discussões sobre a alfabetização em pesquisas, eventos, grupos de estudos e formação docente são primordiais, pois o acesso à linguagem escrita, um conhecimento elaborado pela humanidade, é um direito de todos. Principalmente, porque os índices ainda retratam uma situação de décadas não sanada, o que, prioritariamente, deveria ser uma página virada e que tem relação efetiva com as políticas públicas, o mundo do trabalho, as pesquisas acadêmicas e a formação docente.

A alfabetização sempre foi um tema comumente abordado em documentos oficiais, congressos, imprensa, constituindo-se como solução para os problemas da educação, desde o início do século XX. Conforme Carvalho (1989, p. 40), neste período: “O analfabetismo passava a ser a marca da inaptidão para o Progresso. Era ele a causa da existência das populações que mourejavam no Estado, sem ambições, indiferentes, de todo em todo, às cousas e homens do Brasil”, ou seja, a alfabetização está relacionada à modernização.

Muito embora, como foi apontado, a alfabetização ser uma preocupação das políticas públicas, conforme dados da pesquisa domiciliar do IBGE, realizada em 2017⁶, há no país 11, 46% analfabetos com mais de 15 anos, sendo que deste total 26% são de pessoas brancas e 73% de pardos e negros. Esse índice demonstra que os brancos têm mais acesso à educação que os negros. Outro dado, é que o contingente de pessoas com mais de 60 anos é de 5, 87% o que indica que uma boa parcela é de pessoas jovens, dado que aumentou com a situação da Pandemia de Covid 19.

⁶ [https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos#:~:text=Publicado%20em%2015%2F07%2F2020,%2C%20divulgada%20hoje%20\(15\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos#:~:text=Publicado%20em%2015%2F07%2F2020,%2C%20divulgada%20hoje%20(15).). Acesso: 22/04/2022

Utilizada como parâmetro em discussões que relacionam os índices de leitura e escrita e o desenvolvimento econômico, projetos para essa fase do ensino sempre estiveram presentes nas agendas dos governos dos entes federados, a exemplo: Ciclo Básico de Alfabetização (Governo Roberto Requião- 1988); Alfabetização Solidária (Governo Fernando Henrique Cardoso), Pró – Letramento e Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC- governo Lula), Programa Mais Alfabetização (Governo Temer) e, especificamente, no governo atual de Jair Messias Bolsonaro, a Política Nacional de Alfabetização que traz à tona uma questão pragmática sobre a adoção do método fônico, via Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Apesar dessas iniciativas apresentarem fragilidades e potencialidades, a taxa de analfabetos e os índices de crianças, sem o domínio de leitura e escrita na idade certa, são problemas ainda não solucionados.

Como ilustração destaca-se a situação atual do governo federal, como já exposto acima, que traz à tona uma questão que remonta do início do século XX sobre a disputa entre os métodos de alfabetização, a Política Nacional de Alfabetização com a instituição do método fônico. Estudos como de Mortatti (2000), Frade (2003, 2019), Soares (2010, 2016) abordam historicamente esse assunto e indicam as permanências e rupturas dessa temática, principalmente problematizam a questão de que somente mudar o método, culpabilizando o professor, acabaria com os problemas de aprendizagem, sem uma análise que denuncie a falta de valorização docente, a falta de infraestrutura, o sucateamento das universidades públicas, entre outras mazelas que a educação brasileira carrega há séculos. Outrossim, “As lutas em torno da alfabetização e de seus sentidos se estabelecem na relação com fenômenos políticos, culturais, religiosos e escolares mais amplos e com aspectos que são intrínsecos à própria alfabetização, como sua definição em cada tempo e o que vem associado a essa definição.” (FRADE, 2019, p. 91).

Destacamos que as condições sócio econômicas são determinantes no desempenho, por isso defendemos que além de expectativas de aprendizagem é necessário gerar condições para que a educação possa acontecer, o que extrapola os muros escolares e que contemple a integralidade da vida o que inclui: nutrição, atendimento à saúde, ou seja políticas públicas, no seu sentido verdadeiro: o bem governar o que é do povo. Diante disso, defendemos a necessidade de compreender que o que está em jogo na educação também são as questões que extrapolem o processo escolar.

Comumente, observa-se a preocupação, quanto se trata da alfabetização, sobre o processo de aprendizagem, as políticas educacionais, o financiamento da educação e a formação docente, principalmente em serviço. Dentre esses aspectos destaca-se a formação inicial de professores para a docência nos anos iniciais, campo do Curso de Pedagogia, especialmente a disciplina que trata da alfabetização, conforme as denominações de cada matriz curricular das universidades.

É nesse viés que surge a preocupação sobre a situação da formação dos futuros professores, que também tiveram aulas de forma remota, nos aspectos que tratam da alfabetização. Assim, algumas problemáticas precisam ser expostas e que serão assunto para o próximo item.

A alfabetização na formação inicial em contexto pandêmico

A formação de professores para atuar na educação básica, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental, campo de atuação do professor alfabetizador, far-se-á segundo o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394/96 em nível superior, em curso de licenciatura, em universidades e institutos federais de ensino, admitida como formação exigida mínima para o exercício do magistério na educação infantil e anos iniciais a formação em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996). Desde então, observa-se em encontros, simpósios, eventos acerca da discussão sobre a formação de professores alfabetizadores e a preocupação com esse campo do conhecimento e a formação que se trabalha no curso de Pedagogia destinada a esses profissionais.

Falar sobre a formação do profissional que atuará na educação básica é uma das discussões mais constantes no meio educacional, tendo preocupação com a formação de professores auto reflexivos, auto críticos, comprometidos com a educação social, dialética, contraditória, política e cultural, e que essa formação inicial envolve diversos saberes (TARDIF, 2012) e conhecimentos (GAUTHIER, *et al*, 2006) que são essenciais à docência.

A formação docente no curso de Pedagogia é, de acordo com Scheibe e Âguiar (1999), uma forma de romper com a tradição tecnicista de separar o saber e o fazer, a teoria e a prática. Ao se considerar o futuro professor como sujeito histórico, social, político e cultural, considera o movimento da construção e reconstrução de conhecimentos e da cultura, sendo que “formar docentes, quer nos parecer, implica, no mínimo, uma discussão consistente sobre o conhecimento” (MORAES; TORRIGLIA, 2003, p. 44), sendo ela o momento de confronto e construção de saberes em que o futuro docente incorpora em meio ao movimento dialético. Assim, o aprender na formação inicial não está atrelado apenas a adquirir saberes em sentido escolar, mas estabelecer e tomar para si uma relação com o mundo, com os outros e consigo mesmo, no movimento que envolve contradição, desejo, incompletude humana e a educação assumida como interminável (CHARLOT, 2005).

A formação inicial se preocupa com os pressupostos, modalidades formativas, métodos, e sobretudo, ter a consciência de quê e o que se pretende saber, necessita ser revisado e atualizado a luz dos tempos atuais, ficando expresso nessa formação que é fundamental que o método faça parte do conteúdo, ou seja, é importante que seja discutido e trabalhado o que se pretende ensinar, quanto a forma de ensinar (IMBERNÓN, 2009).

Isso pressupõe uma orientação na formação inicial dos professores futuros alfabetizadores para um processo de provocar reflexão baseada na participação, um trabalho coletivo (contribuição individual, não rigidez, metas comuns, normas claras, coordenação, autoavaliação, estudos) e mediante metodologia formativa e pressupostos teóricos que exigem e contribuem para uma análise crítica e não doméstica e de senso comum, uma análise profissional a partir de perspectivas que permitam a interpretação dos pressupostos ideológicos e atitudinais presente na base da educação. Em síntese, o professor em formação é aquele sujeito que processa informações, analisa e faz reflexão crítica, toma decisão racional, avalia processos e (re)formula projetos em diversos contextos sociais e educacionais (IMBERNÓN, 2009).

Esse movimento de construção de conhecimentos e saberes na formação inicial implica na subjetividade docente, em que o futuro professor alfabetizador passe a perceber que a experiência educativa não é neutra, mas eminentemente subsidiada por pressupostos carregados pelo currículo dos cursos de formação, expressos nos conhecimentos propiciados pelas disciplinas, e que vão constituir parte da identidade profissional do mesmo.

Diante o exposto acima, a discussão que por hora se apresenta, terá como exemplo a disciplina que discute a alfabetização no curso de graduação em Pedagogia, de uma universidade pública do estado do Paraná. A disciplina tem uma carga horária de 120 horas, sendo 60 horas em cada semestre, no primeiro semestre são discutidos os fundamentos de alfabetização e, no segundo semestre, as metodologias de alfabetização.

No primeiro semestre, a ementa prioriza os aspectos históricos, políticos e conceituais que envolvem a alfabetização e suas implicações na prática pedagógica. Leituras como Geraldini (1999), Soares (2004); Mortatti (2006); Ferreiro e Teberoski (1999); Moraes (2012); Smolka (1999); Freire e Macedo (2011) entre outras, dão suporte para o conhecimento das diferentes perspectivas teóricas que permeiam a alfabetização. Já no segundo semestre, a ementa prioriza os conteúdos, metodologias, planejamento e avaliação para a alfabetização, caracterizando-se nos aspectos práticos e suas relações com as perspectivas teóricas discutidas nos fundamentos.

No contexto normal de docência, inúmeras são as possibilidades de estratégias para inserir os futuros professores no universo que envolve a alfabetização, mas no contexto pandêmico, com atividades remotas, esse processo, principalmente as metodologias, se tornou mais difícil. É salutar destacar que quando se aponta os índices agravantes que envolveram o país tanto nos aspectos mais amplos, como nível de pobreza, vulnerabilidade social, acesso às tecnologias, e mais específicos como índices de aprendizagem, o foco normalmente é na educação básica. Entretanto, os acadêmicos universitários são também partícipes desse contexto, principalmente da área das humanas e que trabalharão efetivamente nas escolas no contexto pós pandêmico, frente às mazelas das condições materiais provindas dessa situação, seja os aspectos econômicos, como os aspectos emocionais, afinal são 12 milhões de desempregados no país (4º trimestre)⁷ e 662.506 óbitos acumulados por covid,⁸ e assim a vivência dos diferentes lutos. Diante disso, como trabalhar uma disciplina estritamente metodológica, que envolve a prática de ensinar a apropriação do sistema de escrita alfabética de forma remota?

Primeiramente, destaca-se as fragilidades que acompanharam o processo. De modo mais amplo, a sociedade brasileira, durante a pandemia, sofreu com o desemprego, acesso à internet e tecnologias, morte de entes próximos, isolamento social, e todas as consequências desse contexto, estiveram bem próximos do fazer docente universitário,

⁷ <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 22 abr. 2022.

⁸ <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

desvelando uma realidade de desigualdades profundas, que marcaram as trajetórias escolares em todos os níveis. O imponente espaço universitário, especialmente, com salas, laboratórios, resumiu-se a uma tela de computador, sem falar na falta de habilidade dos docentes para ditas metodologias ativas, seguramente.

Transpor a barreira que se formou entre os saberes e fazeres docentes cristalizados numa sala de aula e as salas virtuais que eram, agora, as salas das casas, cozinhas, quartos, foi o primeiro obstáculo: a invasão de privacidade, o que justifica as várias vezes que professores se angustiavam em ver apenas fotos de alunos, dado o fato das câmeras fechadas. Tanto alunos, como professores estavam expostos em seu cotidiano. Não sem medida, destaca-se a falta de manejo com as várias plataformas digitais e as estratégias para, minimamente, deixar a aula mais dinâmica e como não dizer menos enfadonha, para ambos: professor e estudantes. Neste sentido, as queixas escancararam uma diversidade que normalmente quatro paredes de uma sala de aula, possivelmente, não se apresenta tão evidente.

Neste contexto, que foi se estruturando a disciplina de Metodologia de Alfabetização, ou seja, a disciplina que daria suporte pragmático aos acadêmicos serem professores alfabetizadores. O eixo central para as aulas foi o trabalho com o texto, a partir de várias estratégias, entre elas destaca-se, para a presente discussão, a narração oral de histórias, pois corrobora-se com Smolka quando afirma “Por que não se “ensina” ou não se “aprende” simplesmente a “ler” e a “escrever”. Aprende-se a usar uma forma de linguagem, uma forma de interação verbal, uma atividade, um trabalho simbólico.” (SMOLKA, 1999, p. 60, grifo da autora).

A alfabetização como processo discursivo enfatiza o texto como núcleo do processo e assim a sua produção não simplesmente para produzir tecnicamente um texto, mas como lugar do discurso, como lugar de fala, pois “A palavra revela-se no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.” (BAKHTIN, 2009, p. 67).

Assim, mesmo em plataformas digitais, e na busca de estratégias didáticas que minimamente apresentassem o fazer do docente alfabetizador, a narração de histórias foi potencializadora do encadeamento para um arsenal de exemplos didáticos. Defende-se que a narração oral de histórias não pode ser utilizada como pretexto, pois por si só já é possibilidade de formação humana, também não pode ser relegada como entretenimento, volta a calma, entre outras questões que lhes colocam como artifício para outras situações. Todavia, é inegável o encantamento de uma história, mesmo pela tela computador. Não aproveitar as narrações para inserir as crianças no mundo da escrita seria desconsiderá-las como legado humano.

Considerada como arte de “intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1994, p. 198), a narração de histórias foi utilizada como eixo para o planejamento docente do alfabetizador. A partir de exemplos que partiam da narração de histórias, foram desencadeando-se vários debates sobre o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, desde a relação grafema fonema até diferentes maneiras de reestruturação de textos como forma de reflexão sobre a língua. Todavia, um fato não deixou de ser amplamente discutido, qual seja,

[...] evitar o didatismo e a lição de moral; os estereótipos da palavra e dos gestos; o maniqueísmo e os preconceitos; o óbvio, o modismo e o lugar comum. Em geral, na escola, a escolha de um texto para se contado tem quase sempre, o poder de determinar conteúdo a serem estudados. Mas, quando a história contada vem em função de instaurar um espaço lúdico, ela pode gerar um outro tipo de expectativa: não mais a da cobrança, mas a do encantamento. (SISTO, 2005, p. 23).

E este encantamento aliado às angústias presentes no espaço e tempo diferentes que a Pandemia do Covid 19 trouxe, foi proporcionando um pensar sobre o processo de alfabetização para prática sociocultural, como lugar do discurso e principalmente como prática de cidadania. Narração de cordéis, fábulas, contos, lendas populares acompanharam diariamente as aulas nas telas, que mesmo assíncronas era possível ver a sintonia que as palavras proporcionavam e a escrita em uso desencadeava.

Relegada muitas vezes como coadjuvante do processo de ensino, como mero artifício para introdução de conteúdo ou confundida com teatro, a contação de histórias deve ser fortalecida em sua densidade conceitual, principalmente no que se refere ao desenvolvimento do sujeito e que a linguagem é primordial, pois “[...] carrega consigo os conceitos generalizados, que são a fonte do conhecimento humano.” (LURIA, 2017, p. 26).

Neste sentido, quanto mais momentos de interação verbal, mais desenvolvimento tanto subjetivo, como objetivo. Aquele em relação aos aspetos intrapsicológicos e este em relação aos aspectos interpsicológicos, que numa relação dialética vão se transformando, “[...] ouvindo histórias (lidas e também contadas livremente, inspiradas na literatura ou na experiência vivida) e vendo ouvidas as suas próprias histórias que elas aprendem desde muito cedo a tecer narrativamente sua experiência, e ao fazê-lo vão se constituindo como sujeitos culturais.” (GIRARDELLO, 2004, p. 10).

Paradoxalmente, contar histórias é um ato que possibilita a conservação, pois “Contar histórias sempre foi a arte de contá-la de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história.” (BENJAMIN, 1994, p. 205). Nessa relação de transformação e conservação, próprio dos processos de ensino e aprendizagem, a contação de histórias vai se constituindo no seu estatuto próprio. Para ilustração, cabe apresentar uma das dinâmicas de sala de aula que iniciou com a narração da história *Bruxa, Bruxa venha à minha festa* (1995), de Arden Druce (tradução de Gilda de Aquino). Esse exemplo de história cumulativa foi a proposta para a organização de uma aula de alfabetização e assim imprimindo “na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.” (BENJAMIN, 1994, p. 205), como também se formando professores contadores de histórias.

De forma coletiva, foi sendo construído um planejamento para uma semana, para uma turma de 2º ano, especificamente no período do 2º bimestre. Com a perspectiva clara de que a reflexão da língua deve ser em uso, planejou-se desde o convite para a festa, escrito coletivamente, a lista de convidados, além dos que haviam na história, a lista das brincadeiras para a festa, a receita de bolo de chocolate para a festa até o desenho final de como foi a festa seguido de escrita e a contação da história da festa, ou seja, iniciou com uma narração de histórias e terminou-se com a outra narração oral de história. Nestes diferentes textos e contextos de usos, estavam presentes a dimensão simbólica, pragmática, lúdica e dialógica da escrita.

A partir dessa construção coletiva seguiu-se para uma prática em grupos, em quais planejaram, em uma dessas atividades, o trabalho mais específico de apropriação do sistema de escrita alfabética. Desse modo, formou-se um arsenal de possibilidades de estratégias didáticas e avaliativas alfabetizadoras, que mesmo com todas as dificuldades por ser remotamente, deram um norte para as futuras docentes. Diante disso, independente do tempo e do espaço, o texto como eixo principal e a interação que dele provém confirma que, independente do nível de ensino, a finalidade dos ambientes educacionais é tornar possível a construção mútua entre professor e aluno (COOK-GUMPERZ, 1991).

Por fim, afirma-se que nada substitui a relação presencial em uma sala de aula. A pandemia do Covid 19 desvelou as várias situações de vulnerabilidade, mas ao mesmo tempo, demonstrou que a escola é o local por excelência do saber sistematizado e que nada substitui o trabalho do professor, ou seja, “A escola existe, pois, para propiciar a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber.” (SAVIANI, 2021, p. 14). Por isso, a necessidade de extremo cuidado com a formação daqueles que irão proporcionar o acesso à escrita, legado convencionado pela humanidade, qual seja, o professor alfabetizador.

Considerações finais

O presente texto teve como objetivo apontar questões relacionadas à alfabetização, ligadas a disciplina de Metodologia da Alfabetização de um Curso de Pedagogia, durante o contexto de pandemia da Covid 19, no ano de 2021, apresentando fragilidades de ordem econômica, emocional e estrutural discente, bem como os debates e as iniciativas em um período que necessitou uma readaptação do fazer docente, no qual os professores formadores reinventaram práticas, metodologias e se depararam com uma nova maneira de ensino e aprendizagem via espaços tecnológicos.

Assim como vários setores da sociedade, como as universidades necessitaram adaptar-se ao contexto do ensino remoto no período de pandemia, implicando em investimentos em plataformas e os profissionais investiram nas formações para uso desses espaços.

Os professores do ensino superior foram aprendendo, assim como os discentes, a utilizar o ensino remoto, pois estavam preparados para trabalhar numa universidade pública e presencial, e de uma hora para outra tiveram que transpor suas aulas que estavam organizadas para ocorrer nos espaços físicos do campus para uma plataforma. Se por um lado tem a ilusão de maior alcance geográfico e flexibilidade de tempo aos alunos no

ensino remoto, por outro lado teve-se a evasão de diversos discentes que não se adaptaram a esse sistema de ensino e pelas fragilidades de acesso a sinal de internet, ou mesmo a aparelhos tecnológicos e uso dos mesmos, sentindo-se também a sensação de solidão por parte dos alunos e aos professores ficou a preocupação com a qualidade do processo de ensino, a avaliação da aprendizagem e a relação entre teoria e prática.

O artigo ressalta os desafios presentes, mas destaca a relevância da formação inicial que mesmo com toda adversidade, possibilitou reflexões sobre a relação entre a metodologia e as vivências das experiências formativas em alfabetização, em meio ao contexto da pandemia mundial da Covid-19, num espaço de ensino remoto que mesmo com todas as dificuldades de alunos e docentes propiciou um ensino com experiências direcionadas à formação cultural, social, política e econômica sobre a alfabetização. Neste sentido, destaca-se a contação de histórias como possibilidade metodológica e de formação humana.

Referências

- BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221. (Obras escolhidas, v.1).
- CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação de hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- COOK-GUMPERZ, J. **A construção social da alfabetização**. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- DRUCE, A. **Bruxa, Bruxa, venha à minha festa**. 16. impressão. Tradução de Gilka de Aquino. São Paulo: Brinque Book, 1995.
- FERREIRO, E. TEBEROSKI, A. **Psicogênese da linguagem escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- FRADE, I. C. A. S. Disputa em torno da alfabetização: quais são os sentidos? *In: Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. Fernando Cássio (org.). São Paulo: Boitempo, 2019.
- FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GAUTHIER, C. *et al.* **Por uma teoria da Pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. 2. ed. Tradução de Francisco Pereira. Ijuí: Unijuí, 2006.
- GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino em português. 2. ed. *In: O texto na sala de aula*. João Wanderley Geraldi (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1999
- GIRARDELLO, G. (Org.). **Baús e chaves da narração de histórias**. 2. ed. Florianópolis: SESC/SC, 2004.

- IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.
- LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. *In*: VIGOTSKI, L. S; LEONTIEV, A. N.; LURIA, A. R. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 15. ed. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. P.143-189.
- MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.
- MORAES, M. C. M.; TORRIGLIA, P. L. Sentidos de ser docente e da construção do conhecimento. *In*: MORAES, M. C. M. (org). **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 45-60.
- MORTATTI, M. do R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Portal Mec Seminário Alfabetização e Letramento Em Debate, Brasília, v. 1, p. 1-16, 2006.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórica crítica**: primeiras aproximações. 11.ed.rev.1ªreimp. Campinas-SP: Autores Associados, 2021.
- SCHEIBE, L.; ÂGUIAR, M. A. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano xx, nº 68, p. 220-238, dez, 1999.
- SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. 8. ed. Campinas-SP: Cortez, 1999.
- SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. N. 25. Jan /Fev /Mar /Abr , 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- SISTO, C. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. 2. ed. Curitiba-PR: Ed. Positivo, 2005.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

Submissão: 30/10/2022. **Aprovação:** 18/11/2022. **Publicação:** 20/08/2023.